O DIREITO BRASILEIRO PERANTE O CAPITALISMO SUSTENTÁVEL

THE BRAZILIAN LAW FACE OF SUSTAINABLE CAPITALISM

Reinaldo Martins Junior

Advogado, Professor e Especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade de Direito de Leme – Anhanguera S/A.

Yuri Nathan da Costa Lannes

Advogado, Especialista em Direito Público e Pós-Graduando em Direito Tributário e em Administração de Empresas pela PUC-SP.

RESUMO

O presente trabalho dá conta da situação em que a justiça brasileira se encontra: uma justiça lenta e em momento de reforma que tenta acompanhar um novo modelo de capitalismo que cresce rapidamente e que consegue ser ao mesmo tempo lucrativo e sustentável.

Um contrassenso de uma economia que busca seguir caminhos sustentáveis, enquanto o direito (que tenta traçar limites) não consegue acompanhar tal evolução. Uma justiça que sonha em ser eficiente, mas não consegue equilibrar efetividade e celeridade no combate à morosidade.

É sobre tais questões que se debruçará na tentativa de, alguma forma, encontrar soluções à celeuma enfrentada pelo Judiciário brasileiro, com olhos voltados à eficiência, celeridade e efetividade conjuntamente com lucro sustentável.

Palavras-chaves: capitalismo sustentável, efetividade jurídica.

ABSTRACT

This work cope to the situation in which the Brazilian justice system is: one slow justice in a time of reform that tries to follow a new model of capitalism that grows quickly and can be both profitable and sustainable.

A counterintuitive of an economy that seeks to follow sustainable paths, while the right (trying to draw boundaries) can not follow this evolution. A justice who dreams of being efficient, but can not balance celerity and effectively to combat the sluggishness.

It is on these issues which will look in trying to, somehow, find solutions to polemics faced by the Brazilian judiciary, with eyes directed to efficiency, celerity and effectively along with sustainable profit.

Keywords: sustainable capitalism, juridical effectively.

INTRODUÇÃO

Sabe-se da crescente onda de um capitalismo sustentável e justo onde o Poder Público dita parâmetros rumando em direção a uma nova sociedade sustentável e, ao mesmo tempo, lucrativa. Entretanto, tênue é o limite do aceitável para que não se perca os direitos conquistados ao longo dos anos motivo pelo qual leva o Estado a estar sempre em alerta.

Em contrapartida insta consignar as razões que levara a justiça brasileira a atingir níveis alarmantes de morosidade, bem como quais os meios buscados para torná-la mais: efetiva, desempenhando concretamente sua função social, aproximando o normativo deôntico (dever ser) da ontologia (o ser da realidade social)¹ e, ao mesmo tempo, célere, rápida o suficiente na prolação da sentença ao ponto de solucionar, de fato, a lide submetida à apreciação do judiciário.²

A finalidade é garantir que a justiça brasileira não perca sua eficiência na solução de conflitos, não atravancando a evolução econômica do país e, também, não perder o controle da busca pelo lucro, típica de um mundo capitalista. Quer dizer, é cabível àqueles que procuram esta Justiça a razoável duração do processo, sem nunca esquecer que a eficiência é um princípio basilar da Justiça.

Produzir conhecimento sobre as falhas e acertos que recaem sobre a justiça brasileira tem papel fundamental perante uma economia capitalista sustentável, é o grande objetivo a formula de um crescimento social e ecologicamente correto, sem deixar de ser lucrativo.

DESENVOLVIMENTO

Há trinta, quarenta, ou mais anos atrás tentar imaginar uma sintonia entre “empresa” “meio ambiente” e “justiça” no Brasil era algo improvável. Esta visão se dava em razão da própria cultura popular, em que a extração predatória era a ordem, e a extração sustentável era, preconceituosamente, vista como não lucrativa. Sustentabilidade, então, era uma palavra sem

¹ BARROSO, Luis Roberto. **O Direito Constitucional e a Efetividade de suas Normas**. Ed. 4. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 85.

² ZANON JUNIOR, Orlando Luiz. **Razoável Duração do Processo: A Celeridade como Fator de Qualidade na Prestação da Tutela Jurisdicional**. Disponível em: <www.juspodivm.com.br/i/a/%7B62655994-DE85-4B51-8513-88147AEEE806%7D_artigo_razoavel_duracao_do_pr...>. Acesso em: 01 de ago. 2013, 20:09:00.

contexto com a realidade daquela época.

Ambientalistas eram vistos como radicais e, muitas vezes, como inimigos do próprio capitalismo. A grande prova disso está nos crimes cometidos contra a vida de grandes ícones do meio ambiente como: Francisco Alves Mendes Filho, conhecido como Chico Mendes³ e a missionária americana, naturalizada brasileira, Dorothy Mae Stang, conhecida como Irmã Dorothy⁴. Pessoas como outras, que viviam anos à frente de sua época, e se tornaram símbolo da bondade humana contra ignorância.

Com o crescimento econômico brasileiro, a ECO 92⁵ e a globalização como fatores importantes, um novo horizonte se abriu para o meio ambiente no Brasil, bem como passou a mostrar para o mundo uma nova era entre sustentabilidade, empresas e justiça.

A sustentabilidade surgiu gradativamente para o direito pátrio. Com a abertura do mercado internacional e a necessidade de expansão comercial, empresas começaram a se adequar a padrões internacionais de trabalho, alterando seu modo de produzir, comercializar e, até mesmo, valorizar o empregado, pois estes eram os requisitos essenciais de um novo mercado.

Com o passar dos anos, já não bastaram apenas às técnicas de trabalho como “5S”,⁶

³ Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes, nasceu em Xapuri/Acre – Brasil, em 15 de dezembro de 1944 e morreu em 22 de dezembro de 1988 na mesma cidade. Foi um seringueiro, sindicalista e ativista ambiental brasileiro que lutou pelos seringueiros da Bacia Amazônica, cujos meios de subsistência dependiam da preservação da floresta e suas seringueiras nativas. Esse ativismo ecológico lhe valeu fama internacional. [...]Chico Mendes foi assassinado com tiros de escopeta no peito na porta dos fundos de sua casa, quando saía de casa para tomar banho. Chico anunciou que seria morto em função de sua intensa luta pela preservação da Amazônia e buscou proteção, mas as autoridades e a imprensa não deram atenção. (fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Chico_Mendes. consultada em 27 de agosto de 2013 às 18:18hs.)

⁴ Dorothy Mae Stang, conhecida como Irmã Dorothy, nasceu em Dayton/Ohio – USA, em 7 de junho de 1931 e faleceu em Anapu/Pará – Brasil, em 12 de fevereiro de 2005. Foi uma religiosa norte-americana naturalizada brasileira [...]. Irmã Dorothy estava presente na Amazônia desde a década de setenta junto aos trabalhadores rurais da Região do Xingu. Sua atividade pastoral e missionária buscava a geração de emprego e renda com projetos de reflorestamento em áreas degradadas, junto aos trabalhadores rurais da área da rodovia Transamazônica. Seu trabalho focava-se também na minimização dos conflitos fundiários na região. Atuou ativamente nos movimentos sociais no Pará. Irmã Dorothy recebeu diversas ameaças de morte, sem deixar intimidar-se. [...]. A Irmã Dorothy Stang foi assassinada, com seis tiros aos 73 anos de idade, no dia 12 de fevereiro de 2005, às sete horas e trinta minutos da manhã, em uma estrada de terra de difícil acesso, a 53 quilômetros da sede do município de Anapu, no Estado do Pará, Brasil. (fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Dorothy_Stang. consultada em 27 de agosto de 2013 às 18:23hs.)

⁵ A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida também como ECO-92, Rio-92, Cúpula ou Cimeira da Terra, realizada entre 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro, reuniu mais de cem chefes de Estado que buscavam meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. A Conferência do Rio consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável e contribuiu para a mais ampla conscientização de que os danos ao meio ambiente eram majoritariamente de responsabilidade dos países desenvolvidos. Reconheceu-se, ao mesmo tempo, a necessidade de os países em desenvolvimento receberem apoio financeiro e tecnológico para avançarem na direção do desenvolvimento sustentável. (fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/ECO-92>. consultada em 27 de agosto de 2013 às 18:52hs.)

⁶ 5S é uma ferramenta de trabalho que permite desenvolver um planejamento sistemático de classificação, ordem, limpeza, permitindo, de imediato, maior produtividade, segurança, clima organizacional, motivação dos funcionários e consequente melhoria da competitividade organizacional. Os 5 Ss são: **SEIRI**: Senso de utilização;

“Just in time”,⁷ entre outros, para melhorar os lucros. As empresas brasileiras precisaram se padronizar, ou seja, atingir os padrões internacionais de qualidade para que esta conseguisse atingir a concorrência mundial.

Foi então em que em 1987 o Brasil e o mundo se renderam a ISO 9000, uma primeira norma técnica internacional criada pela International Organization for Standardization (Organização Internacional de Padronização), organização não-governamental fundada em 1947, em Genebra.

Tal padronização começou a interferir diretamente no modo de fabricação de produtos como em sua mão de obra. Sua finalidade era clara: dar ao consumidor um produto de qualidade e ao empresário, uma concorrência leal.

A implementação das normas técnicas ISO 9000 nas indústrias brasileiras refletiu diretamente na Justiça do nosso país, tendo em vista que tal norma tem como principal foco o respeito e a integridade da dignidade humana. Empresas que começaram a implementar este padrão de qualidade aboliram a exploração de mão de obra e a exploração salarial, passaram a respeitar a carga horária de trabalho imposta pela CLT, etc., enfim, finalmente se renderam a um movimento mundial de proteção ao trabalhador.

Nesta altura, já não bastara às empresas apenas proporcionarem condições dignas de trabalho aos seus funcionários e possuírem qualidade internacional em seus produtos, era necessário mais. Foi então que se fechou uma triangulação entre empresa, lucro e, atualmente, satisfação do cliente, trazendo para este meio econômico a sustentabilidade.

O cliente brasileiro tomando o seu lugar nesta cadeia passou a ser mais exigente, cobrando das empresas a responsabilidade ambiental. Novas normas técnicas foram criadas primando por esta nova responsabilidade empresarial, entre elas o “Selo Verde”, criado pela ISO 14000, que permitiria às empresas demonstrar, em seus produtos, que estavam atendendo aos anseios de seus clientes e também cuidando do meio ambiente.

CONCLUSÃO

Frente a todas essas mudanças de paradigmas e normas de qualidade, restou à Justiça brasileira o papel de fiscalizar, nos mais variados ramos do direito afetados, o cumprimento das medidas exigidas por esta nova sociedade, que conseguiu apresentar e transformar a um ideal

SEITON: Senso de ordenação; **SEISŌ:** Senso de limpeza; **EIKETSU:** Senso de Normalização e; **SHITSUKE ou SHUUKAN:** Senso de autodisciplina ou hábito, costume.

⁷ *Just in time* é um sistema de administração da produção. Determina que nada deve ser produzido, transportado ou comprado antes da hora exata. Pode ser aplicado em qualquer organização, para reduzir estoques e os custos decorrentes.

de economia sustentável, como sendo algo lucrativo e vantajoso para todos os envolvidos.

Evidentemente muitas coisas ainda podem e devem evoluir e a justiça possui um papel primordial nesta nova etapa. A cada dia que passa, as mudanças se apresentam em menores espaços de tempo, com uma velocidade, *a priori*, não acompanhada pelo Judiciário brasileiro, que acaba se distanciando demasiadamente da sua principal finalidade, “fazer justiça”.

Não basta apenas exercer a fiscalização, mas também dar respostas efetivas, punindo, quando necessário, em tempo hábil. Segundo pesquisa do Conselho Nacional de Justiça, no início de 2006, mais de 57 milhões de ações tramitavam nas várias esferas do Poder Judiciário.⁸ Evidentemente os Tribunais estão sobrecarregados, uma morosidade generalizada, que acaba por reduzir capacidade de bem gerir as políticas públicas e solucionar os conflitos de forma efetiva e eficiente.

Vários meios foram criados procurando evitar que o Poder Judiciário entrasse em um colapso total. A título de exemplo podemos citar: a mediação e arbitragem, informatização do judiciário, sistema unificado do Bacen-jud, Info-jud e Renajud, Leilão on-line, dentre outros. Entretanto, infelizmente, nem todos os meios tem favorecido a eficiência da justiça brasileira.

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Luis Roberto. **O Direito Constitucional e a Efetividade de suas Normas**. Ed. 4. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

Chico Mendes. In: Wikipedia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Chico_Mendes> acesso em: 27 ago. 2013 às 18:18:12.

Dorothy Stang. In: Wikipedia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Dorothy_Stang> acesso em: 27 ago. 2013 às 18:23:24.

ECO-92. In: Wikipedia. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/ECO-92>> acesso em: 27 ago. 2013 às 18:52:06.

QUIRINO, Hamilton. **A mediação prévia obrigatória para solução de litígios**. Jornal Valor Economico. São Paulo, 18 de mar. 2006. Disponível em: <<http://www.camaraimobiliaria.com.br/artigo180506.htm>> Acesso em: 01 de ago. 2013, 20:20:00.

ZANON JUNIOR, Orlando Luiz. **Razoável Duração do Processo: A Celeridade como Fator de Qualidade na Prestação da Tutela Jurisdicional**. Disponível em: <www.juspodivm.com.br/i/a/%7B62655994-DE85-4B51-8513-88147AEEE806%7D_artigo_razoavel_duracao_do_pr...>. Acesso em: 01 de ago. 2013, 20:09:00.

⁸ VALOR Econômico. Jornal. São Paulo. 17/05/2006.